



PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

OBJETO DE VALIDAÇÃO DE MEDIÇÃO, DE
OBRA REALIZADA NA AGÊNCIA BANCÁRIA
DO BANCO DO BRASIL, CAMPUS II, DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ/MF 17.851.596/004-89

Outubro ————— 2024

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	6
2	IDENTIFICAÇÃO	7
2.1.1	Empreendedor	7
2.1.2	Endereço da obra	7
2.1.3	Empresa responsável pela elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	7
3	INTRODUÇÃO	8
3.1	Localização e acesso	8
3.2	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS	9
3.3	Máquinas e equipamentos utilizados	10
3.4	Mão de obra	10
3.5	Período de funcionamento	10
4	ETAPAS DE EXECUÇÃO	11
4.1	REMOÇÃO DE ESTRUTURAS E ELEMENTOS	11
4.2	Infraestrutura	11
4.3	INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS	11
4.4	ACABAMENTO	11
5	ASPECTOS LEGAIS	12
5.1	LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	13
5.2	NORMAS APLICÁVEIS	13

6	GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	15
6.1	AVALIAÇÃO	15
6.2	Observações	19
7	REGISTRO FOTOGRÁFICO	20
8	conclusão	24
9	ASSINATURA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	25
10	ANEXO	26
10.1	ANEXO 1	26
10.2	ANEXO 2	28

Lista de Tabelas

Tabela 6 - Ciclo de vida dos Resíduos Sólidos da Construção	17
---	----

Lista de Figuras

Figura 1 - Localização - Banco do Brasil	8
Figura 2 - Exemplo de baias de resíduos. Imagem ilustrativa	16
Figura 3 - Modelos de coletores de coleta seletiva. Imagem ilustrativa	16
Figura 4 - Modelos de caçambas para recolhimento de resíduos. Imagem ilustrativa	17
Figura 5 - Certificado de Destinação	28

Lista de Imagens

Imagem 1 - Registro da execução.....	20
Imagem 2 - Registro da execução.....	21
Imagem 3 - Registro da execução.....	22
Imagem 4 - Registro da execução.....	23

1 APRESENTAÇÃO

A GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, no intuito de validação de medição, da **obra de manutenção de Readequação de Acessibilidade, da unidade judiciária Banco do Brasil, localizada no Campus II, da Universidade Federal de Goiás (UFG)**, apresenta este Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRSCC).

Este estudo será regido pela Santiago Engenharia, empresa especializada em engenharia ambiental, que elencará todos os parâmetros ambientais, e os caracterizará nos aspectos qualitativos e quantitativos.

2 IDENTIFICAÇÃO

2.1 EMPREENDEDOR

GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ/MF 17.851.596/0004-89.

Endereço comercial: Rua Wilson Rodrigues da Fonseca, nº S/N. Lote 07. Quadra 38. Setor Sul LI. Cristalina GO. CEP: 73850-000.

E-mail: rejane.gennesis@gmail.com

2.2 ENDEREÇO DA OBRA

Av. Esperança. Nº 1533. C. Samambaia, Goiânia - GO, CEP 74.690-900.

2.3 EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL

SANTIAGO ENGENHARIA LTDA.

CNPJ/MF 52.921.442/0001-01.

Telefone: (62) 98541-3914.

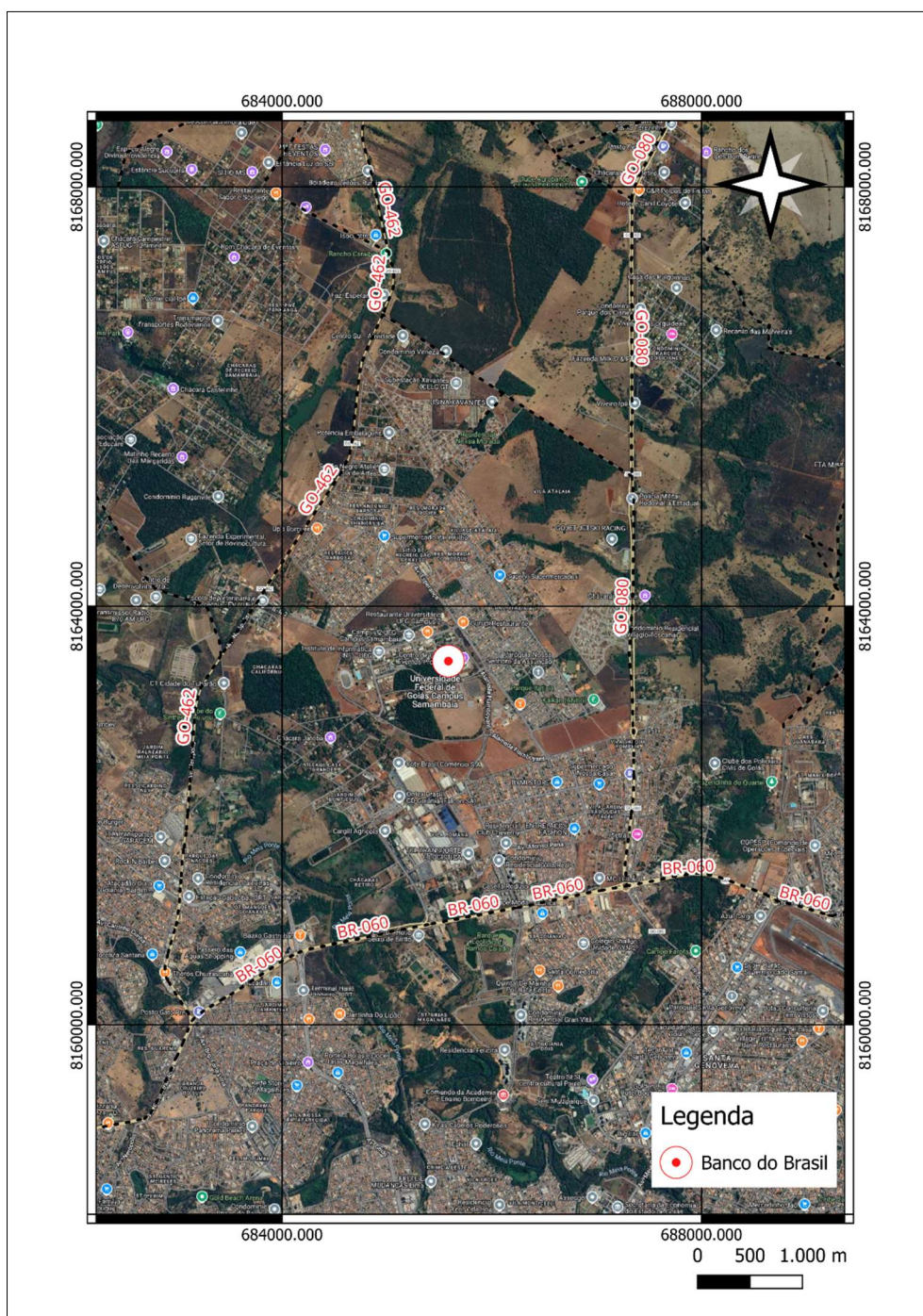
E-mail: engenharia@santiagoengenharia.com.br

3 INTRODUÇÃO

3.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO

O acesso a agência Bancária Banco do Brasil, se dá através da Avenida Esperança, adentrando à Universidade Federal de Goiás (UFG), Campus II, nesta, seguindo pela Avenida Esperança, até se direcionar à agência do Banco do Brasil.

Figura 1 - Localização - Banco do Brasil



3.2 SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Foi executado serviços de manutenção de agência bancária, com a finalidade de Readequação de Acessibilidade, definidos nos seguintes aspectos:

- Demolição de contra piso.
- Execução de contra piso.
- Instalação de piso em granito na rampa.
- Instalação de piso em granito no patamar.
- Isolamento banheiro PCD.
- Retirada de revestimento banheiro PCD.
- Retirada de revestimento banheiro PCD.
- Instalação de revestimento banheiro PCD.
- Instalação piso banheiro PCD.
- Retirada revestimento DML.
- Instalação revestimento DML.
- Demolição da parede do DML.
- Recuo da boneca DML.
- Retirada de revestimento DML.
- Retirada de piso DML.
- Instalação de revestimento DML.
- Instalação de piso DML.
- Instalação de portas nos banheiros.
- Instalação de corrimão.
- Demolição de bancadas.
- Instalação de bancada.
- Corte no piso para instalação de piso tátil
- Instalação do piso tátil cimentício.
- Instalação piso tátil aço inox, e PVC.
- Pintura de paredes.

3.3 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS

Os equipamentos utilizados foram os que se aplicam à execução de obras civis comerciais, desde a fase inicial até a propositura final, quais sejam:

- Serra.
- Betoneira.
- Parafusadeira elétrica.
- Martelete.
- Lixadeira de paredes.
- Martelo.
- Alicate.
- Trena.
- Rebitador.

3.4 MÃO DE OBRA

Período de construção: 23/04/2024 – 01/09/2024.

Será estabelecido para a contratação dos colaboradores, as normativas estabelecidas na Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT) e os dispositivos aplicáveis nas Normas Regulamentadoras (NRs).

Observará, também, a nível federal, estadual e municipal, os tributos e encargos sociais, de acordo com a modalidade de contratação.

3.5 PERÍODO DE FUNCIONAMENTO

O período de execução da obra será das 16h às 00h. Horas extras foram estabelecidas e auferidas nos ditames da Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT) e Convenções Trabalhistas cabíveis.

4 ETAPAS DE EXECUÇÃO

4.1 REMOÇÃO DE ESTRUTURAS E ELEMENTOS

Remoção de estruturas e pavimentos, aos quais se fará a manutenção. Nesta fase, avalia-se toda a infraestrutura e condiciona-se melhor logística de operação.

4.2 INFRAESTRUTURA

Nos pontos aplicáveis, reestruturação da infraestrutura da agência, com a interligações e/ou inserção de novas ligações às quais se aplicou novo *layout* estabelecido.

4.3 INSTALAÇÃO DE ELEMENTOS

Conclusos processos de infraestrutura, inicia-se instalação de elementos, com vistas à repaginação de *layout* modificado.

4.4 ACABAMENTO

Operação pormenorizada de finalização dos serviços, incidindo ao final desta etapa, a limpeza da obra.

5 ASPECTOS LEGAIS

A Constituição Federal de 1988, estabeleceu diretrizes a serem seguidas em termos da proteção do meio ambiente, redigindo no seu Artigo 225:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

No mesmo ano, foi estabelecida a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), regulamentada pelo Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

Na Lei 6.938/1981, consta a responsabilidade civil perante ao processo de cometimento de poluição ambiental, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. Esta lei também constitui o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que arregimenta órgãos e entidades que atuam na proteção e melhoria da qualidade ambiental no Brasil.

A Resolução CONAMA 237/97, estabelece que o licenciamento ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de atividades utilizadoras de recursos naturais passíveis de causar degradação ambiental.

Ainda segundo a mesma Resolução, tem-se que o órgão ambiental competente, apesar de seu poder de estipular prazos distintos para análise do requerimento de cada licença (prévia, de instalação e de operação), o dever de respeitar o prazo máximo de 12 meses para a licença prévia.

No Estado, tem-se o Decreto Estadual nº 1745, de 06/12/1979, aprova o Regulamento da Lei nº 8.544, de 17/10/1978, que dispõe sobre a Prevenção e Controle da Poluição do Meio Ambiente no Estado de Goiás.

5.1 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Goiânia, é constituído pelas seguintes leis, aos quais se aplicam ao caso:

- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 012, de 15.08.2006. "Instituir as diretrizes ambientais para licenciamento ambiental de parcelamento do Solo Urbano no Município de Goiânia."
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 009, de 26.12.2005. "Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais e institui as Diretrizes Básicas para o licenciamento ambiental dos transportadores de resíduos sólidos oriundos da construção civil, para locais de transbordo e de destinação final destes resíduos no Município de Goiânia."
- INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 023, de 20.12.2007. "Dispõe sobre a numeração das Instruções Normativas da AMMA."

5.2 NORMAS APLICÁVEIS

A atividade de construção civil é geradora de impacto ambiental, uma vez que modificam as propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, podendo, deste modo afetar a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias e a qualidade dos recursos ambientais

Recomenda-se que sejam observados os requisitos da Resolução nº307 do CONAMA que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos da construção civil, e das NBRs 15112/2004 - Resíduos da Construção civil e resíduos volumosos; 15113/2004 - Especifica as diretrizes para projeto, implantação e operação de aterros de resíduos da construção civil Classe A (os reutilizáveis ou recicláveis) e inertes (rochas britadas, alvenaria, vidros, entre outros).

Ainda para o tipo de loteamento fechado em questão, foram obedecidas as normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho: NR 01 - Disposições Gerais

E Gerenciamento De Riscos Ocupacionais – Esta, instituiu o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR. NR 9 - Avaliação E Controle Das Exposições Ocupacionais A Agentes Físicos, Químicos e Biológicos. NR – 18 Segurança E Saúde No Trabalho Na Indústria Da Construção e as normas do Ministério do Trabalho regulamentadas pela Portaria n.º 3214 / 78.

6 GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

6.1 AVALIAÇÃO

Aspecto ambiental: Geração de resíduos sólidos domésticos e da construção civil.

Os resíduos gerados na construção civil são constituídos de tijolos, blocos, argamassa, concreto, papel, papelão, madeira, metais, vidros, resíduos perigosos (resto de tinta, solventes, óleos e embalagens), resíduos orgânicos de refeitório, sanitários, entre outros. Para que ocorra uma correta gestão destes materiais é preciso que ocorra a segregação na fonte de geração, seguido de uma correta classificação e armazenamento interno, seguindo as normas específicas para resíduos sólidos. Estes procedimentos foram realizados na referida obra, concernente a sua realidade.

Em unidades de obras, também ocorre a geração de resíduos domésticos, caso não ocorra uma segregação, acondicionamento e disposição correta, pode ocorrer a proliferação de vetores e a emissão de odores.

Os principais resíduos gerados nesta obra foram: argamassa, papel, papelão, concreto (pré-moldados de concreto e concreto magro), entulhos, tambores, materiais inservíveis, resíduos de demolição (entulho), tintas, cerâmicas, EPIs, EPCs entre outros.

Neste sentido, tem-se a figura das medidas mitigadoras. O objetivo das medidas mitigadoras no gerenciamento dos resíduos sólidos é possibilitar o manejo adequado dos resíduos gerados nas fases de construção da obra, buscando a diminuição da geração de resíduos sólidos através da correta segregação; a redução dos riscos sanitários e ambientais inerentes ao manejo destes resíduos; o uso disciplinado do sistema público de coleta e destino final, em conformidade com a legislação vigente.

Os resíduos sólidos gerados na obra em questão foram gerenciados de acordo com a resolução nº307 do CONAMA e NBRs 15112/2004 e 15113/2004.

O gerenciamento dos resíduos define os processos de classificação, segregação, acondicionamento, transporte, destinação final, capacitação dos colaboradores do canteiro de obras, seguindo as diretrizes gerais abaixo:

1. Reduzir os desperdícios e o volume gerados no canteiro de obras;
2. Segregar os resíduos por Classe e Tipos;
3. Quando possível reutilizar materiais, elementos e componentes que não necessitem transformação.

Figura 2 - Exemplo de baias de resíduos. Imagem ilustrativa



Figura 3 - Modelos de coletores de coleta seletiva. Imagem ilustrativa



Figura 4 - Modelos de caçambas para recolhimento de resíduos. Imagem ilustrativa



A tabela a seguir apresenta resumidamente o ciclo de vida dos resíduos que poderão ser gerados em processos construtivos. A estimativa é uma média, aplicada dentro do setor da construção civil.

Tabela 1 - Ciclo de vida dos Resíduos Sólidos da Construção

Tipo de Resíduo	Classificação	Estimativa de Geração	Acondicionamento interno	Transporte	Frequência de coleta	Destinação
Classe A: Concreto, brita e entulho (resíduos de demolição).	Classe IIB Inertes (ABNT 10.004)	30 kg/m ² construído	Caçamba estacionária	Caminhão carroceria ou basculante (6,3 toneladas)	Ao final da obra	Empresa especializada na coleta e destinação ambiental adequada
	Classe A (Conama 307/2002)					
Classe B: Madeira de Construção (peças).	Classe IIB Inertes ABNT 10.004	25 kg/m ² construído	Caçamba estacionária	Caminhão carroceria ou basculante (6,3 toneladas)	Ao final da obra	Empresa especializada na coleta e destinação ambiental adequada
	Classe B (Conama 307/2002)					
Classe B: Metal (aço).	Classe IIB Inertes (ABNT 10.004)	5 kg/m ² construído	Baia de Metais	Caminhão carroceria (2,52 toneladas)	Ao final da obra	Empresa especializada na coleta e destinação ambiental adequada
	Classe B (Conama 307/2002)					
Classe B: Plástico, papelão, sacos de cimento, isopor, sacos de argamassa e congêneres	Classe IIB Inertes (ABNT 10.004)	Dado incerto	Caçamba estacionária	Caminhão carroceria (2,52 toneladas)	Ao final da obra	Empresa especializada na coleta e destinação ambiental adequada
	Classe B (Conama 307/2002)					
	Classe C (Conama 307/2002)					
Classe C: EPI's, luvas, uniformes, botas, lixas — não contaminados, etc.	Classe IIB Inertes (ABNT 10.004)	Dado Incerto.	Bombona específica	Caminhão Carroceria	Ao final da obra	Empresa especializada na coleta e destinação ambiental adequada
	Classe C (Conama 307/2002)					
	Classe D (Conama 307/2002)					
Orgânicos e sanitários domésticos	Classe II A Não inertes (ABNT 10.004)	20 kg/dia	Saco de lixo	Caminhão de Coleta Pública	Diário	Empresa especializada na coleta e destinação ambiental adequada

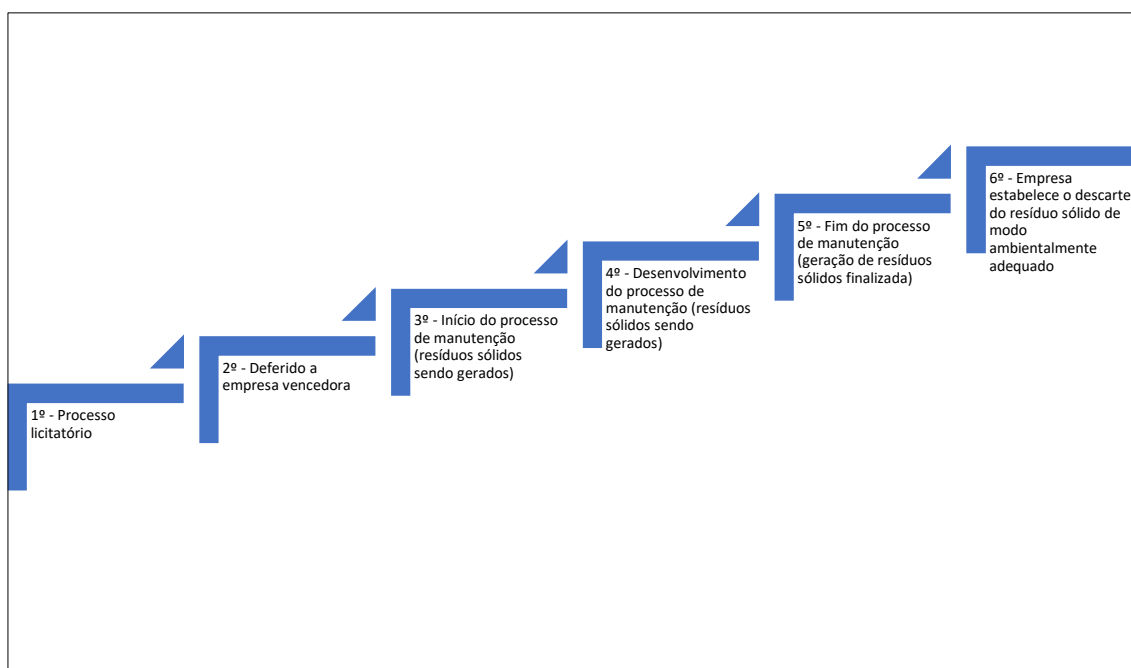
Assevera-se que os valores dispendidos na tabela acima, são apenas uma probabilidade, com base na métricas comuns, existentes no mercado. Os valores poderão se direcionar para mais ou para menos.

O quantitativo gerado pela obra de manutenção de **Readequação de Acessibilidade** do Banco do Brasil, agência da UFG, Campus II, foi mínima, tendo-se congregado um total de 1 caçamba, na proporção total de 5m³ de resíduos gerados. Quantitativo este, que se vincula de modo plausível ao serviço gerado, o qual se regeu pela geração mínima e reutilização – sempre que aplicável.

Os resíduos gerados foram destinados à empresa *Recover Green Ambiental*, a qual emitiu Comprovante de recebimento, que está constante no capítulo Anexo.

Empresa destinadora dos resíduos sólidos: *Recover Green Ambiental*.

Ordenação aplicada para a obra em questão foi:



A licença ambiental que lastreia a admissibilidade para recebimento final de resíduos sólidos, está constante no capítulo Anexo.

6.2 OBSERVAÇÕES

- Todo o resíduo gerado da obra foi armazenado na única caçamba aplicada.
- Os colaboradores utilizaram para as suas ações sanitárias, a estrutura já existente da agência do Banco do Brasil.
- Os resíduos sólidos, oriundos do consumo ordinário humano (papel toalha, copos descartáveis e etc.), foram integrados ao sistema de coleta da agência do Banco do Brasil.

7 REGISTRO FOTOGRÁFICO

Registra-se aqui, imagens do aspecto executivo da empresa GENNESIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, na agência do Banco do Brasil, Campus II, da UFG, na obra de Readequação de Acessibilidade.

Imagem 1 - Registro da execução

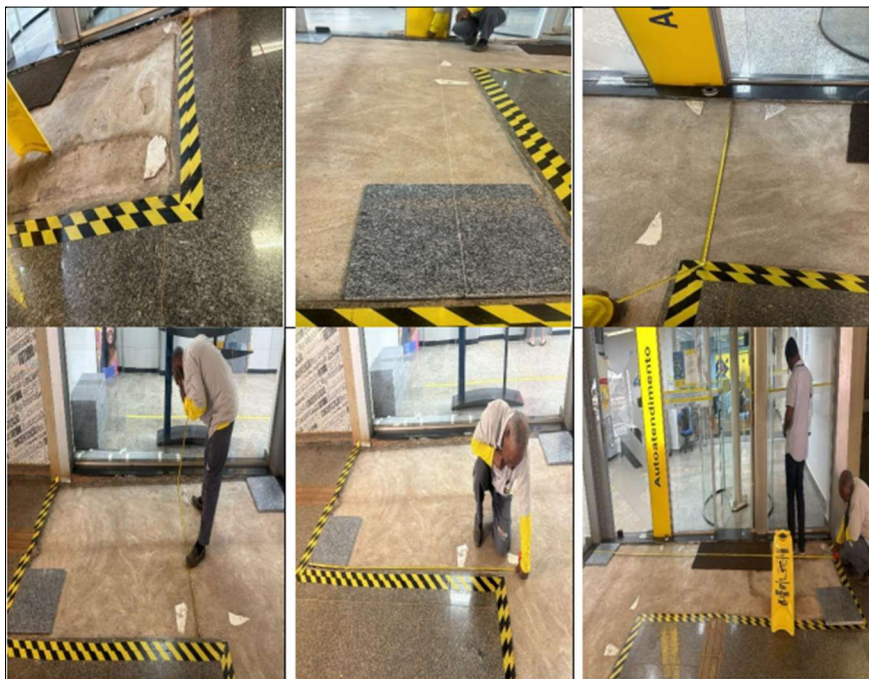


Imagem 2 - Registro da execução

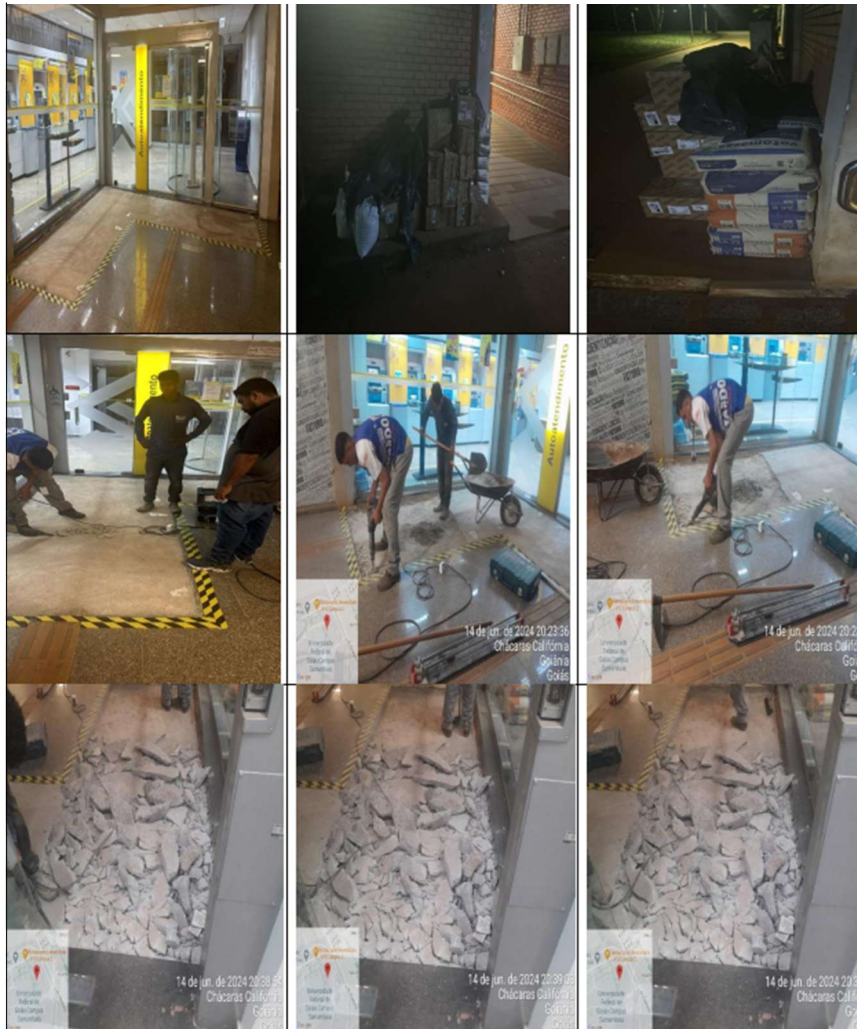


Imagem 3 - Registro da execução

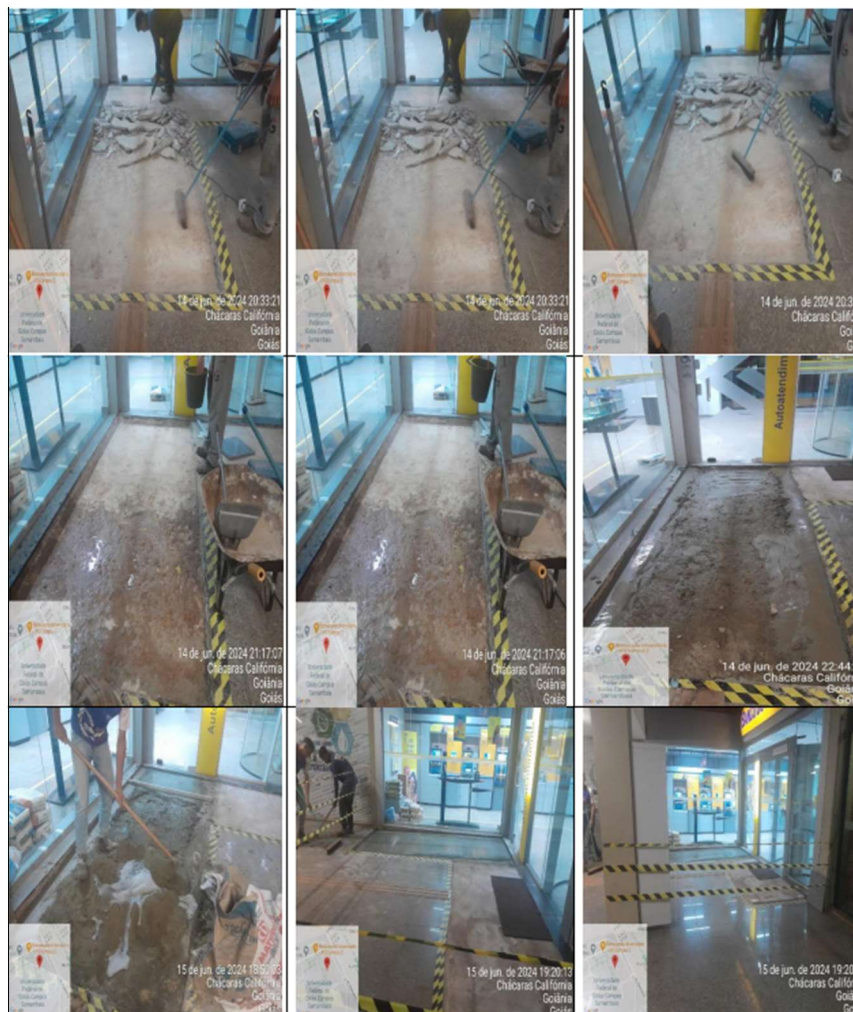
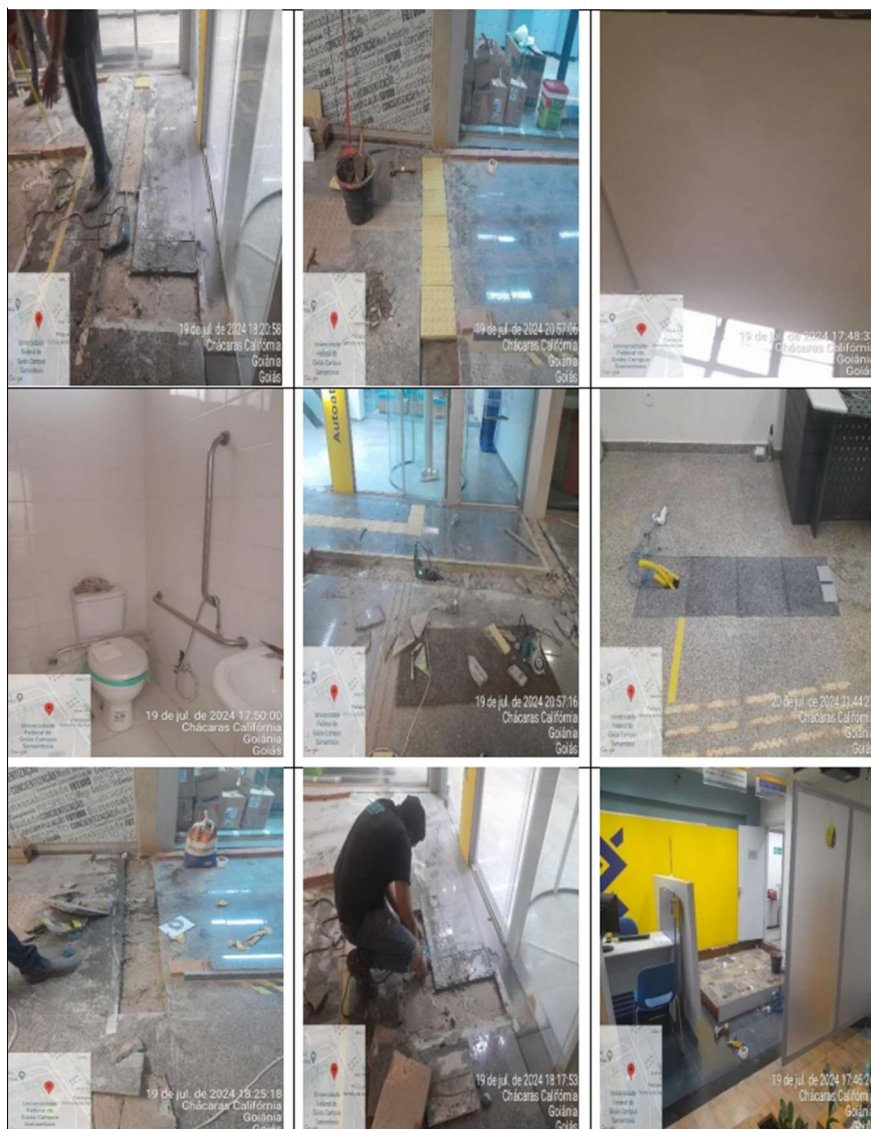


Imagem 4 - Registro da execução



8 CONCLUSÃO

É apresentado o Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRSCC, para a obra da agência do Banco do Brasil, Campus II, da Universidade Federal de Goiás – UFG, o qual se delineia a composição legal, as ações realizadas, e o deferimento dentro dos parâmetros legais requeridos.

Conclui-se, portanto, com base nas informações apresentadas pela empresa, que a atividade de **manutenção de Readequação de Acessibilidade, da unidade judiciária Banco do Brasil, localizada no Campus II, da Universidade Federal de Goiás (UFG)** atendeu os atributos ambientais referente aos resíduos sólidos, no que tange a sua geração e destinação final.

9 ASSINATURA DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Lucas Carvalho Santiago
Engenheiro Ambiental e Segurança do Trabalho
CREA 1013262557D-GO

10 ANEXO

10.1 ANEXO 1

Anexo 1 - Licença Ambiental de Operação - Recover Green Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA
DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO
AMBIENTE



LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO

Nº DA LICENÇA: 2022004507
CCP: 14329529
Protocolo REDESIM: GOP2010767685

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 3110052778
DATA DA EXPEDIÇÃO: quinta, 02 de junho de 2022
DATA DE VALIDADE: terça, 02 de junho de 2026

A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 2.555, de 23 de novembro de 2005, considerando o conteúdo da Lei nº 6.938/81 e de acordo com a RESOLUÇÃO CONAMA nº 237/1997, concede a LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO a RECOVER GREEN AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.758.496/0001-04, nas condições abaixo especificadas:

1. ESTABELECIMENTO

Endereço: AVENIDA Desembargador Eládio de Amorim, sn, QUADRA 27A; LOTE 0001; SALA 03; Bairro: Parque Veiga Jardim

Município/UF: Aparecida de Goiânia/GO CEP: 74954100

2. ATIVIDADES LICENCIADAS

Atividade Principal: 3821-1/00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos

Atividade Secundária: 4120-4/00 - Construção de edifícios, 4322-3/01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos, 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

3. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

- 3.1. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no processo e não dispensa e nem substitui outros alvarás ou certidões exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou municipal;
- 3.2. O funcionamento e as atividades do empreendimento, não poderão causar transtornos ao meio ambiente e/ou a terceiros, dentro ou fora de sua área;
- 3.3. Todos os resíduos sólidos e/ou semi-sólidos gerados pelas atividades da empresa, deverão ter acondicionamento e destinação final adequados, e em local de conhecimento desta Secretaria;
- 3.4. Promover o tratamento, o acondicionamento e a destinação final adequada dos resíduos provenientes das atividades de maneira que os tornem inócuos aos empregados e à coletividade, conforme Art. 129 da Lei Municipal 792/88;
- 3.5. A ampliação e/ou diversificações das atividades, deverão ser comunicadas previamente a esta Secretaria;
- 3.6. A SEMMA deverá ser comunicada, imediatamente, em caso de acidentes que envolvam o Meio Ambiente;
- 3.7. A qualquer momento a Secretaria Municipal de Meio Ambiente poderá fazer novas exigências caso seja necessário;
- 3.8. A renovação da presente Licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando prorrogado até a manifestação definitiva deste órgão;
- 3.9. É proibido depositar ou descarregar qualquer espécie de lixo, inclusive resíduos de qualquer natureza, em terrenos localizados nas áreas urbanas e de expansão urbana deste Município, conforme Art. 131 da Lei Municipal 792/88;
- 3.10. É proibido queimar lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança, conforme Art. 10, VII, da Lei Municipal 792/88;
- 3.11. Todas as fontes potencialmente poluidoras sejam atmosférica, sonora, hídrica e vibrações deverão ser mantidas dentro dos níveis estabelecidos pela Legislação Ambiental;
- 3.12. Apresentar nesta Secretaria o RTA - Relatório Técnico Anual (conforme Termo de Referência);
- 3.13. A SEMMA reserva-se no direito de revogar a presente Licença no caso de descumprimento das condicionantes acima ou de qualquer dispositivo que fira a Legislação Ambiental vigente, a emissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiem a sua expedição, ou superveniência de graves riscos ambientais.

ENDEREÇO: AVENIDA DESOR. ELÁDIO DE AMORIM, nº S/N, qd 27A, lt. 0001, SALA 03
PARQUE VEIGA JARDIM, APARECIDA DE GOIÂNIA
ÁREA DO ESTABELECIMENTO: 783,00M²


CLAUDIO EVERSON DA SILVA E SOUZA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Continuação da Licença de Operação n ° 2022004507.

Se impresso, verificar sua autenticidade no portal www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br com o código 22XJUGXFGN.
Documento emitido pelo analista: Thayner Machado
Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial.

10.2 ANEXO 2

Figura 5 - Certificado de Destinação

 RECOVER GREEN AMBIENTAL		62 99284-4043
FAZENDA BOA ESPERANÇA KM 85, QD. GLEBA, LT. 01 SETOR SANTO ANTONIO - ESTRADA VELHA PARA BELA VISTA.		61429
GERADOR		
Nome: <i>Glennese Engenharia e Projetos Ltda</i>		
Razão social: <i>Banco do Brasil UFG - Campos II</i>		
Endereço de retirada: <i>Samarbaia Jarania</i>		
CNPJ OU CPF: <i>17.855.596/0001</i>	Data de Emissão: <i>03-10-24</i>	
Assinatura: <i>[Signature]</i>		
CARACTERIZAÇÃO DE RESÍDUOS		
CLASSE: <input checked="" type="checkbox"/> A <input type="checkbox"/> B <input type="checkbox"/> C <i>01 CX</i>		
TRANSPORTADOR		
Nome Fantasia: <i>Kai Entulhos</i>	Placa: <i>MWH 0234</i>	
Razão Social:	CNPJ OU CPF:	
Endereço:		
Assinatura: <i>[Signature]</i>		
DESTINATÁRIO		
Nome: RECOVER GREEN AMBIENTAL	Data do Recebimento: <i>03.10.24</i>	
Razão Social: RECOVER GREEN AMBIENTAL LTDA	CNPJ: 36.758.496/0001-04	
Endereço para Recepção do Material: FAZENDA BOA ESPERANÇA KM 85, QD. GLEBA, LT. 01 SETOR SANTO ANTONIO ESTRADA VELHA PARA BELA VISTA - APARECIDA DE GOIÂNIA-GO.		
<i>[Signature]</i> ASSINATURA	RECOVER GREEN AMBIENTAL CNPJ: 36.758.496/0001-04 Gráfica Aparecida 62 3518-5242	